

Coleção
Edital Sistematizado

Baseado na metodologia
Questão ^{vem} primeiro

Leonardo Garcia
Roberval Rocha

Ighor Fernando Rocha Galvão
Coordenação e pesquisa de jurisprudência

Caderno de Treino

CARTÓRIOS

TITULAR DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO

Edital Sistematizado com Questões e Jurisprudência

5^a
edição

Revista, atualizada
e ampliada

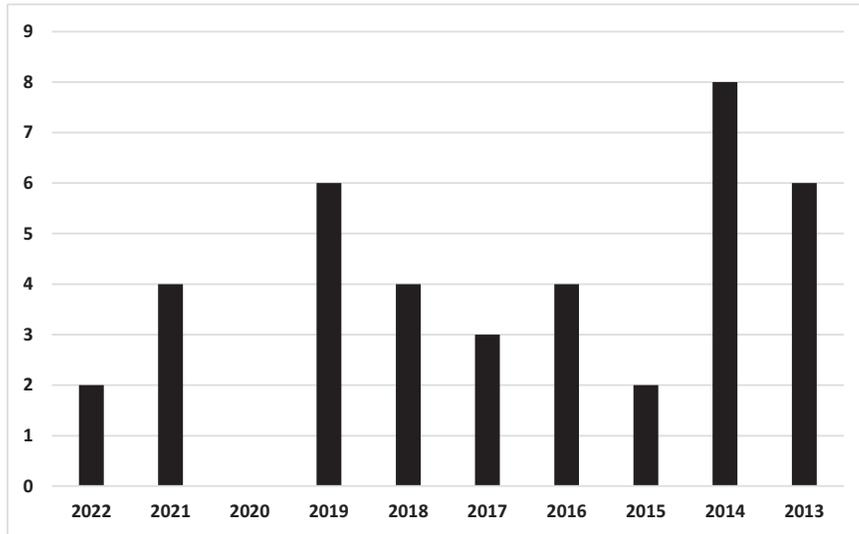
2023

 EDITORA
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

2. QUANTITATIVO ANUAL DOS ÚLTIMOS CONCURSOS REALIZADOS

A distribuição abaixo indica quais foram os quantitativos de concursos da carreira, por ano, na última década.

Distribuição 01



3. TABELA DOS ÚLTIMOS CONCURSOS POR ORGANIZADORA

A tabela abaixo indica quais foram as instituições que organizaram os últimos certames dessa carreira.

Tabela 02

ORGANIZADORA	CONCURSOS
Cespe	7
Cetro	1
Consulplan	7
Faurgs	1
FCC	1
FGV	1
FMP	1
IBFC	1
leses	11
UFPR	1
Vunesp	7
TOTAL	39

4. TABELA CRONOLÓGICA DOS ÚLTIMOS CONCURSOS REALIZADOS

A tabela abaixo indica qual foi o ano do último concurso da carreira e a respectiva organizadora, por unidade federativa.

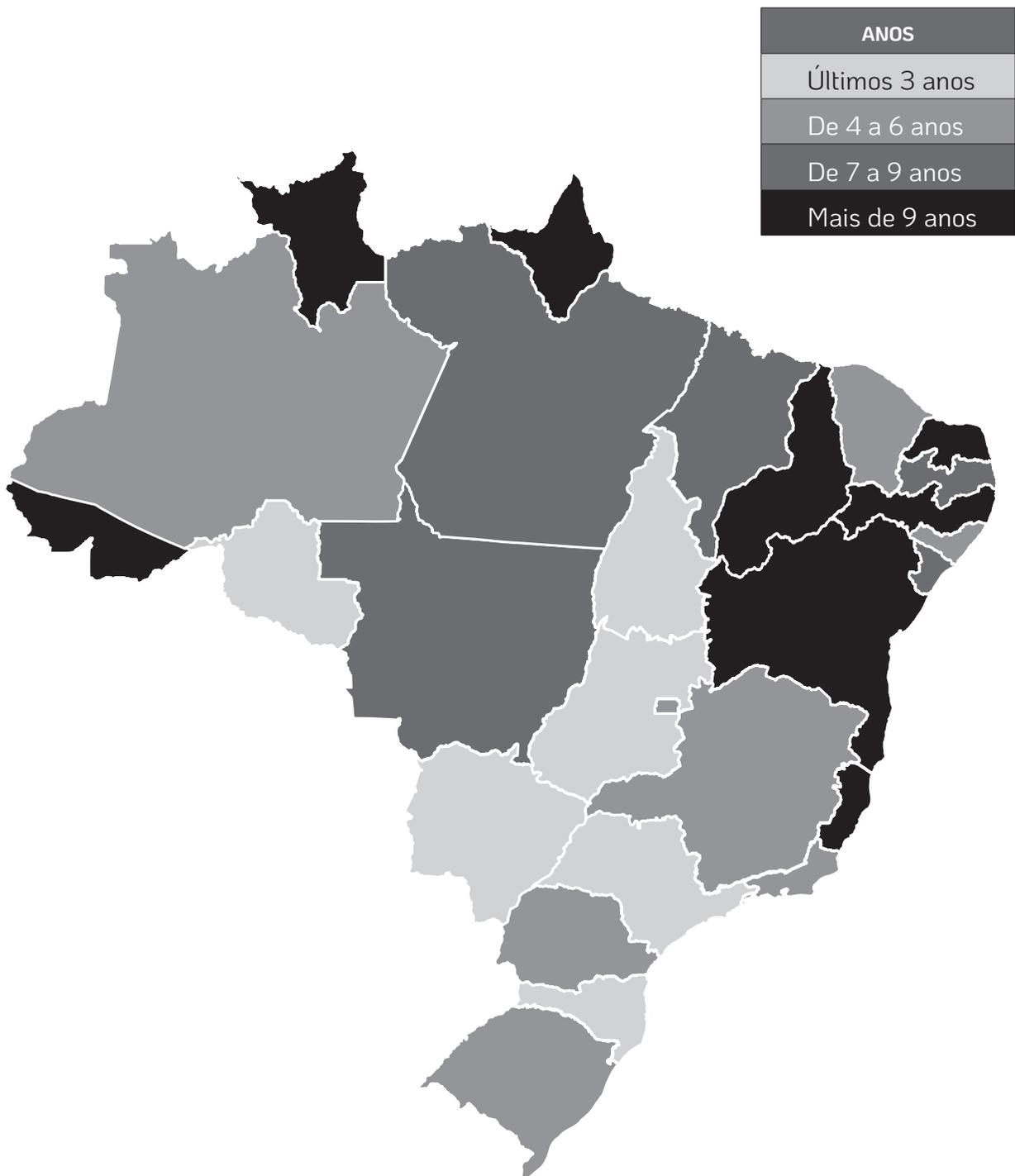
Tabela 03

UF	ANO	ORGANIZADORA
SP	2022	Vunesp
TO	2022	leses
GO	2021	Vunesp
MS	2021	Consulplan
SC	2021	FGV
RO	2021	leses
PR	2019	UFPR
RS	2019	Vunesp
MG	2019	Consulplan
DF	2019	Cespe
AL	2019	Vunesp
AM	2018	leses
CE	2018	leses
RJ	2017	Cetro
MA	2016	leses
PA	2016	leses
MT	2014	FMP
PB	2014	leses
SE	2014	Cespe
BA	2013	Cespe
ES	2013	Cespe
PE	2013	FCC
PI	2013	Cespe
RR	2013	Cespe
RN	2012	leses
AP	2011	FCC
AC	2006	Cespe

5. MAPA CRONOLÓGICO DOS ÚLTIMOS CONCURSOS REALIZADOS

Neste mapa, o gradiente permite identificar quais os estados estão mais próximos de organizar concursos da carreira, tendo em vista o ano de realização do último certame, conforme visto na tabela acima.

Tabela 04



RAIO-X DAS QUESTÕES

1. QUESTÕES POR DISCIPLINA E TEMA

A seguir, são apresentadas as tabelas de **Raio-X**, que servem para orientar o estudo a ser desenvolvido, descortinando o grau de exigência e a frequência com que certos temas são explorados nos concursos públicos para ingresso nesta carreira jurídica.

As tabelas indicam o número total de questões objetivas e as respectivas percentagens de distribuição nas disciplinas abordadas nos concursos. Ao final, consta, também, a distribuição das questões discursivas.

Tabela 05

1. REGISTROS PÚBLICOS			
ASSUNTOS	QUESTÕES	%	
1. Lei dos Registros Públicos	385	44,7%	
2. Lei dos Cartórios	123	14,3%	
3. Lei do Protesto de Títulos e Documentos	76	8,8%	
4. Leis/Normas Especiais	242	28,1%	
5. Teoria e Princípios	35	4,1%	
TOTAL	861	100%	
2. DIREITO ADMINISTRATIVO			
ASSUNTOS	QUESTÕES	%	
1. Agentes Públicos	34	15,6%	
2. Atos Administrativos	28	12,8%	
3. Bens Públicos	19	8,7%	
4. Controle da Administração Pública	12	5,5%	
5. Entes da Administração	28	12,8%	
6. Intervenção do Estado na Propriedade	19	8,7%	
7. Licitações e Contratos	18	8,3%	
8. Processo Administrativo	12	5,5%	
9. Responsabilidade Civil do Estado	9	4,1%	
10. Serviços Públicos	21	9,6%	
11. Teoria, Poderes e Princípios	18	8,3%	
TOTAL	218	100%	

3. DIREITO CIVIL		
ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Das Pessoas	51	9,1%
2. Dos Bens	13	2,3%
3. Dos Fatos Jurídicos	59	10,6%
4. Do Direito das Obrigações	109	19,5%
5. Do Direito das Coisas	80	14,3%
6. Do Direito de Família	64	11,4%
7. Do Direito das Sucessões	73	13,1%
8. Das Disposições Finais e Transitórias	1	0,2%
9. Leis Especiais	109	19,5%
TOTAL	559	100%
4. DIREITO COMERCIAL		
ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Do Empresário	18	7,1%
2. Da Sociedade	77	30,6%
3. Do Estabelecimento	12	4,8%
4. Dos Institutos Complementares	9	3,6%
5. Contratos Mercantis/Bancários	8	3,2%
6. Lei de Recuperação e Falência	49	19,4%
7. Dos Títulos de Crédito	59	23,4%
8. Leis Especiais	19	7,5%
9. Teoria	1	0,4%
TOTAL	252	100%
5. DIREITO CONSTITUCIONAL		
ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Dos Princípios Fundamentais	15	6,0%
2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais	42	16,8%
3. Da Organização do Estado	12	4,8%
4. Da Organização dos Poderes	50	20,0%
5. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas	7	2,8%
6. Da Ordem Econômica e Financeira	18	7,2%
7. Da Ordem Social	24	9,6%

8. Disposições Constitucionais Gerais; ADCT	5	2,0%
9. Ações Constitucionais	22	8,8%
10. Controle de Constitucionalidade	25	10,0%
11. Teoria	30	12,0%
TOTAL	250	100%
6. DIREITO PENAL		
ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Da Aplicação da Lei Penal	11	7,1%
2. Do Crime	25	16,0%
3. Da Imputabilidade Penal	4	2,6%
4. Do Concurso de Pessoas	4	2,6%
5. Das Penas	17	10,9%
6. Das Medidas de Segurança	4	2,6%
7. Da Extinção da Punibilidade	5	3,2%
8. Dos Crimes c/ Pessoa	9	5,8%
9. Dos Crimes c/ Patrimônio	6	3,8%
10. Dos Crimes c/ Dignidade Sexual	1	0,6%
11. Dos Crimes c/ Família	2	1,3%
12. Dos Crimes c/ Paz Pública	2	1,3%
13. Dos Crimes c/ Fé Pública	6	3,8%
14. Dos Crimes c/ Administração Pública	15	9,6%
15. Leis Especiais	28	17,9%
16. Teoria e Princípios	17	10,9%
TOTAL	156	100%
7. DIREITO PROCESSUAL CIVIL		
ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Das Normas Processuais Cíveis	8	3,3%
2. Da Função Jurisdicional	13	5,4%
3. Dos Sujeitos do Processo	29	12,0%
4. Dos Atos Processuais	27	11,2%
5. Da Tutela Provisória	11	4,6%
6. Da Formação, da Suspensão e da Extinção...	2	0,8%

7. Do Processo de Conhecimento e do Cumprimento...	75	31,1%
8. Do Processo de Execução	20	8,3%
9. Dos Processos nos Tribunais e dos Meios...	28	11,6%
10. Lei Especiais	17	7,1%
11. Teoria e Princípios	11	4,6%
TOTAL	241	100%

8. DIREITO PROCESSUAL PENAL

ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Disposições Preliminares	1	0,8%
2. Do Inquérito Policial	11	9,3%
3. Da Ação Penal/Civil	7	5,9%
4. Da Competência	9	7,6%
5. Das Questões e Processos Incidentes	7	5,9%
6. Da Prova	4	3,4%
7. Dos Sujeitos do Processo	2	1,7%
8. Da Prisão, das Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória	11	9,3%
9. Das Citações e Intimações	3	2,5%
10. Da Sentença	4	3,4%
11. Do Processo Comum	7	5,9%
12. Dos Processos Especiais	0	0,0%
13. Das Nulidades e dos Recursos em Geral	7	5,9%
14. Disposições Gerais	1	0,8%
15. Teoria e Princípios	4	3,4%
16. Leis Especiais	40	33,9%
TOTAL	118	100%

9. DIREITO TRIBUTÁRIO

ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Competência Tributária	14	5,8%
2. Espécies de Tributo	40	16,6%
3. Legislação Tributária	13	5,4%
4. Obrigação Tributária	30	12,4%

5. Crédito Tributário	41	17,0%
6. Administração Tributária	7	2,9%
7. Impostos Federais	14	5,8%
8. Impostos Estaduais	16	6,6%
9. Impostos Municipais	26	10,8%
10. Limitações do Poder de Tributar	40	16,6%
TOTAL	241	100%
10. CONHECIMENTOS GERAIS		
ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Artes, Cultura, Esportes	12	11,5%
2. Atualidades	44	42,3%
3. Economia	5	4,8%
4. Geografia	8	7,7%
5. História	20	19,2%
6. Informática	6	5,8%
7. Temas Laborais	9	8,7%
TOTAL	104	100%
11. TODAS AS DISCIPLINAS (OBJETIVAS)		
ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Registros Públicos	861	28,7%
2. Direito Administrativo	218	7,3%
3. Direito Civil	559	18,6%
4. Direito Comercial	252	8,4%
5. Direito Constitucional	250	8,3%
6. Direito Penal	156	5,2%
7. Direito Processual Civil	241	8,0%
8. Direito Processual Penal	118	3,9%
9. Direito Tributário	241	8,0%
10. Conhecimentos Gerais	104	3,5%
TOTAL	3000	100%

12. TODAS AS DISCIPLINAS (DISCURSIVAS)		
ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Registros Públicos	68	34,0%
2. Direito Administrativo	17	8,5%
3. Direito Civil	47	23,5%
4. Direito Comercial	16	8,0%
5. Direito Constitucional	7	3,5%
6. Direito Penal	10	5,0%
7. Direito Processual Civil	13	6,5%
8. Direito Processual Penal	5	2,5%
9. Direito Tributário	17	8,5%
10. Conhecimentos Gerais	0	0,0%
TOTAL	200	100%

2. ANÁLISE GRÁFICA DAS DISTRIBUIÇÕES

Adiante, é feita uma análise gráfica das informações contidas nas tabelas de **Raio-X** apresentadas no tópico anterior, objetivando traduzir visualmente a importância dos conteúdos mais explorados nas provas.

Os gráficos individualizam os dados de cada matéria, em relação às questões objetivas. Ao final, dois gráficos condensando todas as disciplinas: um, em relação às questões objetivas; outro, em relação às discursivas.

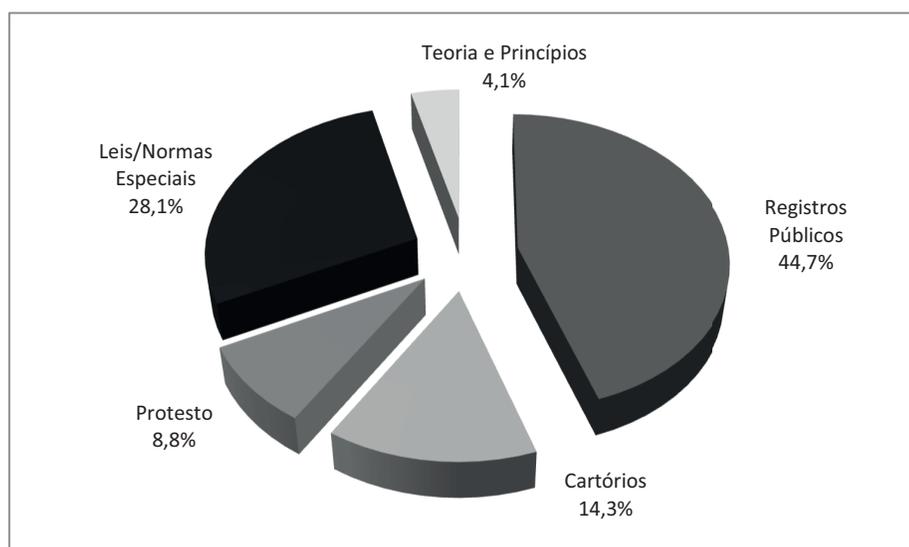
2.1. Registros Públicos

É a disciplina mais versada nos editais, verdadeiro cerne destes concursos, e envolve os três principais diplomas normativos da carreira: a “Lei dos Registros Públicos”, a “Lei dos Cartórios” e a “Lei do Protesto de Títulos e Documentos”, assim como teoria e leis especiais correlatas.

O conjunto dessas três leis centrais suporta **2/3** dos conteúdos das provas. Mas, o destaque absoluto é para a LRP, com **quase metade** das questões. Deve-se observar que os títulos “Do Registro de Pessoas Naturais” e “Do Registro de Imóveis”, dessa lei, concentram a maior parte das matérias mais cobradas nas questões.

A teoria notarial e registral é o ponto menos abordado em concursos recentes.

Gráfico 01



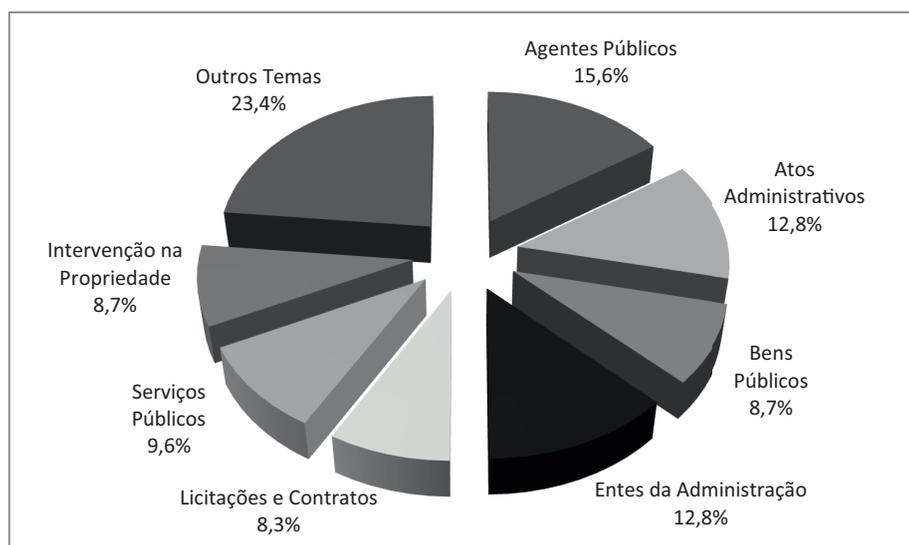
2.2. Direito Administrativo

Os conteúdos de direito administrativo encontram-se **equitativamente distribuídos**, sem concentrações expressivas em determinados assuntos.

Mesmo assim, merecem atenção os pontos referentes a “Agentes Públicos”, “Atos Administrativos” e “Entes da Administração”, que, juntos, respondem por **mais de 40%** das questões deste tópico.

Assuntos menos explorados: “Controle da Administração Pública”, “Processo Administrativo” e “Responsabilidade Civil do Estado”.

Gráfico 02



REGISTROS PÚBLICOS



1. LEI DOS REGISTROS PÚBLICOS (LEI 6.015/73)

TOP 5: 1º LUGAR ENTRE OS MAIORES AGREGADOS DE QUESTÕES DO LIVRO!

1.1. Das Disposições Gerais (art. 1º a 28)

1.1.1. Das Atribuições (arts. 1º e 2º)

QUESTÕES DISCURSIVAS

1. (Vunesp/TJ/SP/Cartórios/2014) Discorra a respeito do conceito de autenticação.

2. (IBFC/TJ/PR/Cartórios/Remoção/2014) Fé pública: qual é o seu significado, a sua característica, a sua finalidade e o seu principal efeito?

QUESTÕES OBJETIVAS

1. (Ieses/TJ/RO/Cartórios/Ingresso/2017) Assinale a alternativa correta:

- o Registro Torrens tem sua origem nas obras do publicista Andrés Bello Torrens, destinando-se (o registro) à regularização do grave problema urbano de falta de habitação digna à população carente, fenômeno ocorrido em vários países da América do Sul, inclusive o Brasil.
- os serviços concernentes aos Registros Públicos, estabelecidos pela legislação civil para autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos, ficam sujeitos ao regime estabelecido na Lei n. 6.015/1973.
- conforme definido na Lei n. 6.015/1973, é anulável o registro lavrado fora das horas regulamentares ou em dias em que não houver expediente, sendo civil e criminalmente responsável o oficial que der causa à anulabilidade.
- consideram-se registráveis, na dicção da Lei n. 6.015/1973, exclusivamente os direitos reais reipersecutórios.

2. (Ieses/TJ/RO/Cartórios/Ingresso/2017) Assinale a alternativa correta:

- notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é concedido o exercício da atividade notarial e de registro.
- aos notários compete, com exclusividade, reconhecer firmas.
- aos notários compete, com exclusividade, autenticar cópias.
- serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.

3. (Ieses/TJ/MA/Cartórios/Remoção/2016) Analise as assertivas abaixo:

- Os livros de escrituração serão abertos, numerados, autenticados e encerrados pelo oficial do registro, não podendo ser utilizado, para tal fim, processo mecânico de autenticação previamente aprovado pela autoridade judiciária competente.
- Os livros notariais, nos modelos existentes, em folhas fixas ou soltas, serão também abertos, numerados, autenticados e encerrados pelo tabelião, que determinará a respectiva quantidade a ser utilizada, de acordo com a necessidade do serviço.
- Os números de ordem dos registros não serão interrompidos no fim de cada livro, mas continuarão, indefinidamente, nos seguintes da mesma espécie.
- O serviço começará e terminará às mesmas horas em todos os dias úteis.

Assinale a alternativa que contém as assertivas corretas:

- As assertivas I, III e IV estão corretas.
- Apenas a assertiva IV está correta.
- As assertivas II, III e IV estão corretas.
- As assertivas II e IV estão corretas.

1.1.2. Da Escrituração (arts. 3º a 7º)

QUESTÕES OBJETIVAS

4. (Ieses/TJ/RO/Cartórios/Ingresso/2021) Francieli Schmoller em artigo publicado sobre a importância da escritura pública em face da segurança jurídica, define a escritura como um instrumento público lavrado no Tabelionato de Notas, que possui a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir ato, fato ou negócio jurídico, dotado de fé pública. Segundo ele, por meio desta, o Estado realiza a administração pública dos interesses privados que, necessária ou facultativamente adotam

a forma da escritura pública. Sobre os requisitos legais deste importante documento, a escritura pública, assinale a alternativa correta:

- O tabelião deverá fiscalizar o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que devem praticar, inclusive na lavratura das escrituras públicas e em razão da sua fé pública, não há necessidade de consignar o documento comprobatório do pagamento do tributo e nem as certidões fiscais necessárias à lavratura do documento.
- A escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, fazendo prova plena somente nos casos de sucessão testamentária e quando se tratar de testamento cerrado.
- Não podem ser dispensados, na escritura pública de imóveis urbanos, sua descrição e caracterização, mesmo que constem, estes elementos, da certidão do Cartório do Registro de Imóveis.
- O Código Civil estabelece que, salvo quando exigidos por lei outros requisitos, a escritura pública deve conter: data e local de sua realização; reconhecimento da identidade e capacidade das partes e de quantos hajam comparecido ao ato, por si, como representantes, intervenientes ou testemunhas; nome, nacionalidade, estado civil, profissão, domicílio e residência das partes e demais comparecentes, com a indicação, quando necessário, do regime de bens do casamento, nome do outro cônjuge e filiação; manifestação clara da vontade das partes e dos intervenientes; referência ao cumprimento das exigências legais e fiscais inerentes à legitimidade do ato; declaração de ter sido lida na presença das partes e demais comparecentes, ou de que todos a leram; assinatura das partes e dos demais comparecentes, bem como a do tabelião ou seu substituto legal, encerrando o ato.

5. (Ieses/TJ/CE/Cartórios/Remoção/2018) Sobre o procedimento de escrituração previsto na Lei dos Registros Públicos (Lei n. 6.015/73) pode-se afirmar:

- a escrituração será feita em livros encadernados, que obedecerão aos modelos anexos a Lei n. 6.015/73, sujeitos à correição da autoridade judiciária competente.
- para facilidade do serviço podem os livros ser escriturados mecanicamente, em folhas soltas, obedecidos os modelos aprovados pela autoridade judiciária competente.
- considerando a quantidade dos registros o Juiz poderá autorizar a diminuição do número de páginas dos livros respectivos, até a terça parte do consignado na Lei n. 6.015/73.
- os números de ordem dos registros poderão ser interrompidos no fim de cada livro, reiniciando a numeração nos seguintes da mesma espécie.

A sequência correta é:

- as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- apenas a assertiva II está incorreta.
- apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- apenas as assertivas II e IV estão corretas.

6. (Ieses/TJ/RO/Cartórios/Remoção/2017) A Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73) não se aplica ao:

- registro de títulos e documentos.
- registro de imóveis.
- registro de propriedade industrial.
- registro civil de pessoas naturais e de pessoas jurídicas.

7. (Ieses/TJ/MA/Cartórios/Remoção/2016) No Capítulo II da Lei 6.015/73, a escrituração dos registros públicos obedecerá a uma ordem nos cadernos da seguinte forma:

- Nos registros civis de pessoas naturais ou jurídicas existe uma sequência numérica por prazo vintenário, interrompendo-se ao fim deste período e reiniciando a ordenação em seguida.
- Os números de ordem dos registros não serão interrompidos no fim de cada livro, mas continuarão, indefinidamente, nos seguintes da mesma espécie.
- A cada abertura de novo livro uma nova numeração será reiniciada;
- Nos registros públicos imobiliários, os livros possuirão uma ordem alfabética interrompida a cada 05(cinco) anos.

1.1.3. Da Ordem do Serviço (arts. 8º a 15)

QUESTÕES OBJETIVAS

8. (Ieses/TJ/TO/Cartórios/Remoção/2022) A contagem dos prazos nos registros públicos observará:

- Os critérios estabelecidos na legislação estadual da territorialidade da serventia.
- Os dias corridos, sem interrupção de feriados nacionais.
- Os critérios estabelecidos na legislação processual civil.
- Normativas próprias de cada serventia.

9. (Ieses/TJ/TO/Cartórios/Remoção/2022) Conforme dispõe a Lei de Registros Públicos nº 6.015/73, todos os títulos, apresentados no horário regulamentar e que não forem registrados até a hora do encerramento do serviço, aguardarão o dia seguinte, no qual serão registrados, preferencialmente, aos apresentados nesse dia. Qual dos registros descritos abaixo não poderá, entretanto, ser adiado:

- o registro de emancipação.
- o registro civil de pessoas naturais.
- o registro de protesto.
- o registro dos contratos sociais, atos constitutivos e estatutos.

10. (Ieses/TJ/TO/Cartórios/Ingresso/2022) Tendo em mente as atribuições legais e a escrituração dos atos no Registro Civil das Pessoas Naturais, escolha o item que qualifica corretamente cada uma das sentenças (I a IV), como Falsa (F) ou Verdadeira (V).

- Todos os títulos, apresentados no horário regulamentar e que não forem registrados até a hora do encerramento do serviço, aguardarão o dia seguinte, no qual serão registrados, preferencialmente, aos apresentados nesse dia. O registro civil de pessoas naturais poderá, entretanto, ser adiado quando o nascimento ou o óbito ocorrer em feriados nacionais.
- Os atos do registro civil somente serão praticados por ordem judicial, a requerimento do Ministério Público.
- Quando o interessado no registro for o oficial encarregado de fazê-lo ou algum parente seu, em grau que determine impedimento, o ato deverá ser feito na comarca mais próxima ao domicílio de quem sofreu o impedimento legal.
- A certidão será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório, conforme quesitos, e devidamente autenticada pelo oficial ou seus substitutos legais, não podendo ser retardada por mais de 15 (quinze) dias.

- F, F, F, V.
- V, V, V, F.
- F, F, F, F.
- F, F, F, V.

11. (Ieses/TJ/RO/Cartórios/Ingresso/2021) O Registro Civil das Pessoas Naturais – RCPN – é a função jurídica estatal que tem por finalidade constatar e inscrever em livros próprios os fatos e atos que atingem o estado civil das pessoas naturais, assim como

afirma Marcelo Gonçalves Tiziani, em seu artigo sobre “A competência no registro civil das pessoas naturais”. Tendo em mente as atribuições legais e a escrituração dos atos no RCPN, escolha o item que qualifica corretamente as sentenças como Falsas ou Verdadeiras.

- I. Todos os títulos, apresentados no horário regulamentar e que não forem registrados até a hora do encerramento do serviço, aguardarão o dia seguinte, no qual serão registrados, preferencialmente, aos apresentados nesse dia. O registro civil de pessoas naturais não poderá, entretanto, ser adiado.
- II. Salvo as anotações e as averbações obrigatórias, os atos do registro serão praticados: por ordem judicial; a requerimento verbal ou escrito dos interessados; a requerimento do Ministério Público, quando a lei autorizar.
- III. Quando o interessado no registro for o oficial encarregado de fazê-lo ou algum parente seu, em grau que determine impedimento, o ato deverá ser feito na comarca mais próxima ao domicílio de quem sofreu o impedimento legal.
- IV. A certidão será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório, conforme quesitos, e devidamente autenticada pelo oficial ou seus substitutos legais, não podendo ser retardada por mais de 15 (quinze) dias.
 - a) F, F, V, V.
 - b) V, V, F, F.
 - c) V, V, V, F.
 - d) F, F, F, V.

12. (Ieses/TJ/RO/Cartórios/Remoção/2021) Salvo as anotações e as averbações obrigatórias, os atos do registro serão praticados:

- I. A requerimento verbal ou escrito dos interessados.
- II. A requerimento do Ministério Público, quando a lei autorizar.
- III. Por ordem judicial.
- IV. A requerimento da Procuradoria Geral, quando a lei autorizar.

A sequência correta é:

- a) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas a assertiva IV está incorreta.
- d) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

13. (Ieses/TJ/CE/Cartórios/Remoção/2018) O registro lavrado fora das horas regulamentares ou em dias em que não houver expediente será:

- a) anulável.
- b) válido.
- c) nulo.
- d) considerado como registro parcial, devendo ser homologado em Juízo.

14. (Ieses/TJ/AM/Cartórios/Remoção/2018) Salvo as anotações e as averbações obrigatórias, os atos do registro serão praticados:

- I. a requerimento do Ministério Público, quando a lei autorizar.
- II. a requerimento verbal ou escrito dos interessados.
- III. por ordem judicial.
- IV. a requerimento da Ordem dos Advogados, quando a lei autorizar.

A sequência correta é:

- a) apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- b) apenas a assertiva IV está incorreta.
- c) apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) as assertivas I, II, III e IV estão corretas.

15. (Ieses/TJ/AM/Cartórios/Remoção/2018) O registro lavrado fora das horas regulamentares ou em dias em que não houver expediente será considerado:

- a) nulo.
- b) anulável.
- c) validado.
- d) ratificado.

16. (Vunesp/TJ/SP/Cartórios/Ingresso/2018) Tendo em vista as peculiaridades do Registro Civil das Pessoas Naturais, é correto afirmar, em relação ao expediente regulamentar, que:

- a) os mandados atinentes às sentenças que constituírem vínculo de adoção, que não forem registrados até a hora de encerramento dos serviços, terão o seu cumprimento, obrigatoriamente, adiado para o dia útil seguinte, a fim de garantir a sua publicidade.
- b) quando a celebração do casamento for em edifício particular, ficará este de portas abertas durante o ato, sendo defeso em lei a sua realização após às vinte e duas horas.
- c) será nulo o ato lavrado em feriado, uma vez que a prática evidencia o desrespeito a uma das solenidades essenciais para sua validade.
- d) se considera válido o ato lavrado fora das horas regulamentares ou em dias em que não houve expediente.

17. (Ieses/TJ/RO/Cartórios/Remoção/2017) O registro lavrado fora das horas regulamentares ou em dias em que não houver expediente será considerado:

- a) válido.
- b) nulo.
- c) impróprio.
- d) incompleto.

1.1.4. Da Publicidade (arts. 16 a 21)

QUESTÕES DISCURSIVAS

3. (IBFC/TJ/PR/Cartórios/Remoção/2014) Dissertar sobre o princípio da publicidade no registro de títulos e documentos, abordando o conceito, a finalidade, as espécies, a obrigatoriedade do registro e as consequências da ausência do registro e a sua exceção.

QUESTÕES OBJETIVAS

18. (Ieses/TJ/TO/Cartórios/Remoção/2022) Quanto ao requerimento de uma certidão do registro nos termos da Lei 6.015/73:

- a) Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro sem informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.
- b) Apenas o titular constante na certidão do registro poderá requerê-la.
- c) Apenas o titular constante na certidão do registro poderá requerê-la, ou terceiro munido de instrumento de procuração com fins específicos.
- d) Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro, porém deverá informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.

19. (Ieses/TJ/CE/Cartórios/Remoção/2018) No tocante a publicidade prevista na Lei dos Registros Públicos (Lei n. 6.015/73), relativamente à certidão do registro, está correto afirmar:

- a) a certidão do registro somente será concedida a pessoa a que se refere o registro.

- b) qualquer pessoa pode requerer certidão do registro desde que informe verbalmente ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.
- c) qualquer pessoa pode requerer certidão do registro desde que informe por escrito ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.
- d) qualquer pessoa pode requerer certidão do registro sem informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.

20. (Ieses/TJ/AM/Cartórios/Remoção/2018) De acordo com Lei 6.015/73, que dispõe sobre os registros públicos é correto afirmar, exceto:

- a) a certidão de nascimento mencionará sempre à data em que foi lavrado o assento.
- b) é facultado o fornecimento de certidão de inteiro teor, mediante reprodução por sistema autorizado em lei.
- c) sempre que houver qualquer alteração posterior ao ato cuja certidão é pedida, deve o oficial mencioná-la, obrigatoriamente, não obstante as especificações do pedido, sob pena de responsabilidade civil e penal.
- d) qualquer pessoa pode requerer certidão do registro, desde que informe ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.

21. (Ieses/TJ/RO/Cartórios/Remoção/2017) De acordo com a Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73) pode-se afirmar:

- I. qualquer pessoa pode requerer certidão do registro sem informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.
- II. quando o interessado no registro for o oficial encarregado de fazê-lo ou algum parente seu, em grau que determine impedimento, o ato incumbe ao substituto legal do oficial.
- III. o acesso ou envio de informações aos registros públicos, quando forem realizados por meio da rede mundial de computadores (internet) deverão ser assinados com uso de certificado digital, que atenderá os requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP.
- IV. a certidão será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório, conforme quesitos, e devidamente autenticada pelo oficial ou seus substitutos legais, não podendo ser retardada por mais de 15 (quinze) dias.

Pode-se afirmar que:

- a) apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- b) as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- c) apenas a assertiva II está correta.
- d) a assertiva IV está incorreta.

22. (Ieses/TJ/RO/Cartórios/Remoção/2017) Nas certidões de registro civil, em especial certidões de nascimento, não mencionará:

- a) a circunstância de ser legítima, ou não, a filiação, salvo a requerimento do próprio interessado, ou em virtude de determinação judicial.
- b) a data em que foi feito o assento.
- c) expressamente, o lugar onde o fato houver ocorrido.
- d) a data, por extenso, do nascimento.

23. (Cetro/TJ/RJ/Cartórios/Remoção/2017) Plínio, 18 anos e filho adotivo, e Vitória, 16 anos e filha de relação extramarital, comparecem ao Cartório de Pessoas Naturais com o intuito de obter informações relativas à filiação. Tendo-se por base o texto constitucional e a legislação federal e estadual do Rio de Janeiro acerca do tema, assinale a alternativa correta:

- a) no fornecimento de certidão do mandado que determinou o registro de concessão de adoção e da certidão de nascimento de Plínio, deve contar a origem do ato.
- b) Plínio, já detendo certidão de nascimento com o registro dos nomes dos pais adotivos, quando movido por razões econômicas, somente poderá acessar informações sobre a paternidade biológica mediante consentimento expresso da mãe.
- c) Plínio, filho adotado “à brasileira” por marido de sua mãe, ainda que detenha o nome do pai adotivo, não está impedido de saber a veracidade de sua paternidade biológica.
- d) a certidão de teor de registro de nascimento de Vitória somente pode ser expedida em seu favor sem restrição de tempo e idade.
- e) a certidão de nascimento de Vitória traz, conforme determinação legal, a identificação do reconhecimento de paternidade.

24. (Consulplan/TJ/MG/Cartórios/Ingresso/2017) João decidiu celebrar um contrato com Maria, contudo decidiram assinar o documento eletronicamente com uso de certificado digital, com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICPBrasil. Após, o arquivo eletrônico foi diretamente apresentado na Serventia. Assinale a alternativa que contém o procedimento correto que José, oficial da serventia, deverá adotar:

- a) José deverá recusar o documento, pois este não contém a imagem da assinatura física dos signatários.
- b) José deverá aceitar o documento se as assinaturas eletrônicas forem válidas ao tempo de sua assinatura e tenham sido feitas por processo de certificação digital disponibilizada pela ICPBrasil.
- c) José deverá recusar o documento, pois o recebimento de documento com assinatura por meio de certificado digital necessita de regulamentação.
- d) José somente poderá aceitar o documento se as partes o imprimirem e apresentarem fisicamente na Serventia.

25. (Ieses/TJ/MA/Cartórios/Remoção/2016) Analise as afirmativas abaixo:

- I. O acesso ou envio de informações aos registros públicos, quando forem realizados por meio da rede mundial de computadores (internet) deverão ser assinados com uso de certificado digital, que atenderá os requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP.
- II. As certidões extraídas dos registros públicos deverão ser fornecidas em papel e mediante escrita que permitam a sua reprodução por fotocópia, ou outro processo equivalente.
- III. Para facilidade do serviço podem os livros ser escriturados mecanicamente, em folhas soltas, obedecidos os modelos aprovados pela autoridade judiciária competente.
- IV. Os oficiais adotarão o melhor regime interno de modo a assegurar às partes a ordem de precedência na apresentação dos seus títulos, estabelecendo-se, sempre, o número de ordem geral.

Assinale a alternativa que contém as assertivas corretas:

- a) As assertivas II e IV estão corretas.
- b) As assertivas I, III e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- d) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

26. (Consulplan/TJ/MG/Cartórios/Remoção/2016) Segundo o art. 19, da Lei n. 6.015/73, “A certidão será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório conforme quesitos e devidamente autenticada pelo oficial ou seus substitutos legais, não podendo ser retardada por mais de (___) dias. Assinale a alternativa que completa corretamente o enunciado:

- a) 10 (dez)

- b) 5 (cinco)
- c) 2 (dois)
- d) 3 (três)

1.1.5. Da Conservação (arts. 22 a 27)

QUESTÕES OBJETIVAS

27. (Ieses/TJ/TO/Cartórios/Remoção/2022) Referente à guarda e à conservação dos livros de registro:

- a) O titular da serventia poderá circular livremente com os livros de registro dentro da circunscrição estadual de atuação.
- b) Jamais poderão ser retirados respectivo cartório.
- c) O titular da serventia poderá circular livremente com os livros de registro dentro da circunscrição municipal de atuação.
- d) Somente sairão do respectivo cartório mediante autorização judicial.

28. (Ieses/TJ/CE/Cartórios/Remoção/2018) Sobre a conservação dos livros de registro:

- I. os livros de registro não sairão do respectivo cartório.
- II. os livros de registro poderão sair do respectivo cartório por autorização judicial.
- III. os livros de registro poderão sair do respectivo cartório sempre que o oficial entender, eis que são de livre circulação.
- IV. os livros de registro poderão sair do respectivo cartório ocorrendo força maior.

A sequência correta é:

- a) apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- b) apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- c) apenas a assertiva II está incorreta.
- d) as assertivas I, II, III e IV estão corretas.

29. (Ieses/TJ/AM/Cartórios/Remoção/2018) No que se refere a conservação dos livros e documentos arquivados em cartório podemos afirmar que:

- I. os papéis referentes ao serviço do registro serão arquivados em cartório mediante a utilização de processos racionais que facilitem as buscas, facultada a utilização de microfilmagem e de outros meios de reprodução autorizados em lei.
- II. quando a lei criar novo cartório, e enquanto este não for instalado, os registros continuarão a ser feitos no cartório que sofreu o desmembramento, não sendo necessário repeti-los no novo ofício.
- III. os livros e papéis pertencentes ao arquivo do cartório ali permanecerão por tempo determinado.
- IV. os livros de registro não sairão do respectivo cartório, salvo por autorização judicial, ou ocorrendo força maior.

A sequência correta é:

- a) as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- b) apenas a assertiva IV está incorreta.
- c) apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- d) apenas as assertivas I e IV estão corretas.

30. (Ieses/TJ/AM/Cartórios/Remoção/2018) No que diz respeito ao registro de imóveis é correto afirmar, exceto:

- a) na designação genérica de registro, consideram-se englobadas a inscrição e a transcrição a que se referem as leis civis.
- b) os atos relativos a vias férreas serão registrados na circunscrição imobiliária onde se situe o imóvel.

- c) os registros relativos a imóveis situados em comarcas ou circunscrições limítrofes, que serão feitos em todas elas, devendo os Registros de Imóveis fazer constar dos registros tal ocorrência.
- d) o desmembramento territorial posterior ao registro exige sua repetição no novo cartório.

31. (Ieses/TJ/RO/Cartórios/Remoção/2017) Os livros e papéis pertencentes ao arquivo do cartório:

- a) ali permanecerão por trinta anos.
- b) ali permanecerão indefinidamente.
- c) ali permanecerão por um século.
- d) ali permanecerão por cinquenta anos.

32. (Consulplan/TJ/MG/Cartórios/Remoção/2017) Acerca da gestão dos arquivos cartoriais, assinale a alternativa correta:

- a) os arquivos das Serventias Extrajudiciais não são arquivos públicos, por não terem sido produzidos por órgãos públicos de âmbito federal, estadual do Distrito Federal e Municipal, mas são arquivos privados de interesse público e social, nos termos da Lei Federal n. 8.159/91.
- b) quando a lei criar novo cartório, e enquanto este não for instalado, os registros continuarão a ser feitos no cartório que sofreu o desmembramento, não sendo necessário repeti-los no novo ofício. O arquivo do antigo cartório continuará a pertencer-lhe.
- c) o Conselho Nacional de Justiça, por meio do Provimento n. 50, vedou, a qualquer tempo, o descarte de quaisquer documentos que tenham instruído registro em Serventia Extrajudicial.
- d) é vedado que o arquivo da serventia, físico ou eletrônico, seja mantido fora da Serventia extrajudicial.

1.2. Do Registro de Pessoas Naturais (arts. 29 a 113)

1.2.1. Disposições Gerais (arts. 29 a 32)

QUESTÕES DISCURSIVAS

4. (Vunesp/TJ/SP/Cartórios/2021) As interfaces do registro civil das pessoas naturais com o princípio da dignidade da pessoa humana na contemporaneidade. Discorra sobre o tema contemplando, naquilo que for relacionado, as gratuidades, o nome, a filiação, o casamento e a união estável no âmbito do registro civil das pessoas naturais.

5. (Vunesp/TJ/SP/Cartórios/2014) Dissertação. Da função do registro civil das pessoas naturais: competência, prazos e requisitos na lavratura dos atos de: nascimento, casamento, óbito, averbação e anotação.

QUESTÕES OBJETIVAS

33. (Ieses/TJ/TO/Cartórios/Remoção/2022) O filho de brasileiro ou brasileira, nascido no estrangeiro, e cujos pais não estejam ali a serviço do Brasil, desde que registrado em consulado brasileiro ou não registrado, venha a residir no território nacional antes de atingir a maioridade, poderá requerer, no juízo de seu domicílio, se registre, o termo de nascimento:

- a) No livro “E” do 1º Ofício do Registro Civil.
- b) No livro “A” do 1º Ofício do Registro Civil.
- c) No livro “D” do 2º Ofício do Registro Civil.
- d) No livro “B” do 1º Ofício do Registro Civil.

34. (Ieses/TJ/TO/Cartórios/Remoção/2022) Os fatos concernentes ao registro civil, que se derem a bordo dos navios de guerra e mercantes, em viagem, e no exército, em campanha, serão imediatamente registrados e comunicados em tempo oportuno, por cópia autêntica, aos respectivos Ministérios, a fim de que, através do Ministério (___), sejam ordenados os assentamentos, notas ou averbações nos livros competentes das circunscrições a que se referirem.

- a) da Cidadania.
- b) das Relações Exteriores.
- c) da Defesa.
- d) da Justiça (da Justiça e Segurança Pública).

35. (Ieses/TJ/TO/Cartórios/Remoção/2022) As sentenças judiciais declaratórias de ausência deverão ser:

- a) Registradas no registro civil de pessoas naturais.
- b) Registradas no registro civil de pessoas jurídicas.
- c) Registradas no registro de títulos e documentos.
- d) Registradas no registro civil de pessoas naturais e no registro de títulos e documentos.

36. (Ieses/TJ/TO/Cartórios/Ingresso/2022) Os (___) de registros públicos deverão afixar, em local de grande visibilidade, que permita fácil leitura e acesso ao público, quadros contendo (___) atualizadas das custas e emolumentos, além de informações claras sobre a (___). É proibida a inserção nas (___) de expressões que indiquem condição de (___) ou semelhantes. Marque a alternativa que completa corretamente e sequencialmente os espaços do enunciado, conforme o texto legal.

- a) serviços – mapas – legislação – escrituras – gênero.
- b) cartórios – tabelas – atividade – escrituras – pobreza.
- c) cartórios – tabelas – gratuidade – certidões – pobreza.
- d) serviços – horas – competência – certidões – adoção.

37. (Ieses/TJ/RO/Cartórios/Ingresso/2021) Com base nos enunciados expostos, assinale a alternativa correta:

- a) Os assentos de nascimento, óbito e de casamento de brasileiros em país estrangeiro serão considerados autênticos, nos termos da lei do lugar em que forem feitos, legalizadas as certidões pelos cônsules ou quando por estes tomados, nos termos do regulamento consular.
- b) Os livros de registro serão divididos em duas partes, sendo na da esquerda lançado o número de ordem e ficando na da direita espaço para as notas, averbações e retificações.
- c) As sentenças que decidirem a nulidade ou anulação do casamento, o desquite e o restabelecimento da sociedade conjugal devem ser registradas no registro civil de pessoas naturais.
- d) Os reconhecidamente pobres são imunes à cobrança de valor por certidões oriundas dos cartórios de registro civil de pessoa natural e de pessoa jurídica.

38. (Vunesp/TJ/GO/Cartórios/Ingresso/2021) De acordo com a Lei nº 6.015/73, no tocante aos ofícios da cidadania, assinale a alternativa correta.

- a) O convênio realizado no âmbito dos ofícios da cidadania será firmado entre Corregedoria Geral da Justiça e órgãos públicos.
- b) Os ofícios de registro civil das pessoas naturais são considerados ofícios da cidadania e estão autorizados a prestar outros serviços gratuitos.
- c) O convênio realizado no âmbito dos ofícios da cidadania será firmado entre CNJ e órgãos públicos.

d) Os ofícios de registro civil das pessoas naturais são considerados ofícios da cidadania e estão autorizados a prestar outros serviços remunerados.

39. (Cespe/TJ/DFT/Cartórios/Ingresso/2019) Em regra, as atividades dos ofícios notariais e de registro são definidas de modo objetivo e taxativo, o que significa que eles somente podem realizar os serviços que lhes são inerentes; todavia, são autorizados a prestar outros serviços remunerados, mediante o devido convênio, os cartórios:

- a) de notas.
- b) de protesto.
- c) de registro civil de pessoas naturais.
- d) de registro de títulos e documentos.
- e) de registro de imóveis.

40. (Cespe/TJ/DFT/Cartórios/Remoção/2019) De acordo com a Lei de Registros Públicos, o estado de pobreza para fins de emissão da segunda via de certidão de casamento será comprovado por:

- a) declaração do próprio interessado.
- b) decisão judicial que assegure a gratuidade de justiça.
- c) declaração de isento da receita federal.
- d) carteira de trabalho que demonstre os proventos do interessado.
- e) comprovação oficial de desempregado por mais de três meses.

41. (Vunesp/TJ/RS/Cartórios/Ingresso/2019) Sobre os atos praticados no Registro Civil, é correto afirmar que:

- a) todos os livros de registro serão divididos em duas partes, sendo na da esquerda lançado o número de ordem e o assento, ficando na da direita espaço para as notas, averbações e retificações.
- b) não permitem ressalvas, erros, adições ou emendas e, caso aconteçam, os atos deverão ser completamente inutilizados e feitos novamente.
- c) cada Ofício terá como Livros principais obrigatórios: “A” (Nascimento), “B” (Casamento), “B Auxiliar” (Casamento religioso para efeitos civis e para conversão de união estável em casamento); “C” (óbitos), “D” (demais atos relativos ao estado civil).
- d) quando o declarante não souber ou estiver impedido de assinar, outro assinará a rogo, devendo o ato, nesta hipótese, ser assistido e assinado por duas testemunhas maiores e capazes.
- e) a testemunha para os assentos de registro deve satisfazer as condições exigidas pela lei civil, sendo admitido parente apenas até terceiro grau do registrado.

42. (UFPR/TJ/PR/Cartórios/Ingresso/2019) Após aprovação em concurso público, os oficiais de registro desempenham relevantes funções públicas. Entre elas estão aquelas desempenhadas em serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais e de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Acerca desses serviços, assinale a alternativa correta.

- a) A Constituição exige para preenchimento dos ofícios de Registro Civil de Pessoas Naturais a realização de concurso público.
- b) Cabe ao Poder Judiciário a fiscalização dos ofícios de Registro Civil de Pessoas Naturais, e ao Poder Executivo a fiscalização dos ofícios de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- c) É competência do ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais o registro de nascimentos, casamentos, óbitos, emancipações, interdições, sentenças declaratórias de ausência, de opções de nacionalidade e sentenças que deferirem a legitimação adotiva.

- d) No Registro Civil de Pessoas Jurídicas, serão inscritos os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromissos das sociedades civis, das sociedades anônimas, das sociedades em comandita simples, das sociedades religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, das fundações e das associações de utilidade pública, bem como os atos constitutivos e os estatutos dos partidos políticos.
- e) Cabe ao oficial do Registro Civil de Pessoas Jurídicas negar o registro de atos constitutivos de partidos políticos, competência que desde a Constituição de 1988 é exclusiva do Tribunal Superior Eleitoral.

43. (Ieses/TJ/CE/Cartórios/Remoção/2018) Serão registrados no registro civil de pessoas naturais:

- I. as interdições.
- II. as sentenças declaratórias de ausência.
- III. as opções de nacionalidade.
- IV. as sentenças que deferirem a legitimação adotiva.

A sequência correta é:

- a) apenas a assertiva II está incorreta.
- b) as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- c) apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- d) apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

44. (Ieses/TJ/CE/Cartórios/Remoção/2018) É competente para a inscrição da opção de nacionalidade:

- a) exclusivamente cartório da residência do optante.
- b) em todo e qualquer caso far-se-á o registro no Distrito Federal.
- c) privativamente o cartório da residência de seus pais.
- d) o cartório da residência do optante, ou de seus pais.

45. (Ieses/TJ/AM/Cartórios/Remoção/2018) Serão registrados no registro civil de pessoas naturais, entre outros:

- I. as sentenças declaratórias de ausência.
- II. os atos constitutivos e os estatutos dos partidos políticos.
- III. os nascimentos, casamentos e óbitos.
- IV. as emancipações e as interdições.

A sequência correta é:

- a) apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- b) apenas a assertiva II está incorreta.
- c) apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- d) as assertivas I, II, III e IV estão corretas.

46. (Ieses/TJ/AM/Cartórios/Remoção/2018) No tocante ao Registro de Pessoas Naturais podemos afirmar que:

- I. a testemunha para os assentos de registro deve satisfazer às condições exigidas pela lei civil, sendo admitido apenas parente, em qualquer grau, do registrado.
- II. a certidão relativa ao nascimento de filho legitimado por subseqüente matrimônio deverá ser fornecida sem o teor da declaração ou averbação a esse respeito, como se fosse legítimo; na certidão de casamento também será omitida a referência àquele filho, salvo havendo em qualquer dos casos, determinação judicial, deferida em favor de quem demonstre legítimo interesse em obtê-la.
- III. antes da assinatura dos assentos, serão estes lidos às partes e às testemunhas, do que se fará menção.
- IV. se os declarantes, ou as testemunhas não puderem, por quaisquer circunstâncias assinar, far-se-á declaração no assento, assinando a rogo outra pessoa e tomando-se a impressão dactiloscópica da que não assinar, à margem do assento.

A sequência correta é:

- a) apenas a assertiva I está incorreta.
- b) apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- c) as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- d) apenas as assertivas II e IV estão corretas.

47. (Vunesp/TJ/SP/Cartórios/Ingresso/2018) Considerando as particularidades entre os registros e as averbações, é correto afirmar que serão registrados no Registro Civil das Pessoas Naturais:

- a) os casamentos, as sentenças declaratórias de ausência e morte presumida e a nomeação de tutor.
- b) os óbitos, as opções de nacionalidade e os atos que reconhecerem a filiação.
- c) as interdições, os traslados de assentos lavrados no estrangeiro e em consulados brasileiros e a sentença que determinar a extinção do poder familiar.
- d) os nascimentos, as conversões das uniões estáveis em casamento e as emancipações.

48. (Ieses/TJ/RO/Cartórios/Ingresso/2017) Assinale a alternativa correta:

- a) as retificações ao registro de nascimento podem ser feitas em qualquer tempo e momento, desde que autorizada pelo oficial competente.
- b) os livros de registro serão divididos em quatro partes, sendo na da esquerda lançado o número de ordem e na central o assento, ficando na da direita e no verso espaço para as notas, averbações e retificações.
- c) os cartórios de registros públicos deverão afixar, em local de grande visibilidade, que permita fácil leitura e acesso ao público, quadros contendo tabelas atualizadas das custas e emolumentos, além de informações claras sobre a gratuidade.
- d) as declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal serão registradas no lugar de escolha do interessado.

49. (Ieses/TJ/RO/Cartórios/Remoção/2017) Os fatos concernentes ao registro civil, que se derem a bordo dos navios de guerra e mercantes, em viagem, e no exército, em campanha, serão:

- a) impreterivelmente registrados e comunicados no prazo de quinze dias úteis, por cópia autêntica, aos respectivos Ministérios, a fim de que, através do Ministério da Justiça, sejam ordenados os assentamentos, notas ou averbações nos livros competentes das circunscrições a que se referirem.
- b) impreterivelmente registrados e comunicados no prazo de quinze dias, por cópia autêntica, aos respectivos Ministérios, a fim de que, através do Ministério da Justiça, sejam ordenados os assentamentos, notas ou averbações nos livros competentes das circunscrições a que se referirem.
- c) impreterivelmente registrados e comunicados no prazo de trinta dias, por cópia autêntica, aos respectivos Ministérios, a fim de que, através do Ministério da Justiça, sejam ordenados os assentamentos, notas ou averbações nos livros competentes das circunscrições a que se referirem.
- d) imediatamente registrados e comunicados em tempo oportuno, por cópia autêntica, aos respectivos Ministérios, a fim de que, através do Ministério da Justiça, sejam ordenados os assentamentos, notas ou averbações nos livros competentes das circunscrições a que se referirem.

50. (Ieses/TJ/RO/Cartórios/Ingresso/2017) Assinale a alternativa correta:

- a) devem ser registrados no registro civil de pessoas naturais os casamentos, nascimentos e óbitos.
- b) devem ser registrados no registro civil de pessoas naturais os nascimentos, casamentos e os atos constitutivos das pessoas jurídicas de direito privado.

- c) devem ser registrados no registro civil de pessoas naturais os nascimentos, casamentos e os estatutos dos partidos políticos.
- d) devem ser registrados no registro civil de pessoas naturais os nascimentos, óbitos e dissolução de sociedade empresarial.

51. (Ieses/TJ/RO/Cartórios/Ingresso/2017) Em relação ao Registro Civil de Pessoas Naturais é correto afirmar:

- a) os estatutos das pessoas jurídicas de direito privado devem ser registrados no Registro civil de Pessoas Naturais.
- b) os nascimentos devem ser averbados no Registro Civil de Pessoas Naturais.
- c) não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva.
- d) o estado de pobreza será comprovado por declaração emitida pela Receita Federal.

1.2.2. Da Escrituração e Ordem de Serviço (arts. 33 a 45)

QUESTÕES DISCURSIVAS

6. (Consulplan/TJ/MS/Cartórios/2022) 1. Disserte sobre alteração do nome no serviço de registro civil das pessoas naturais. Aborde as hipóteses em que é possível a alteração. Fundamente e indique, em cada hipótese, se é prescindível ação judicial. 2. Explique o que são “apelidos de família”. 3. O pai pode registrar o nascimento do filho dando-lhe sobrenome de um ascendente que ele, pai, não tem? 4. Se o sobrenome de um filho (ainda menor) fora grafado no assento de nascimento como “Brito”, quando o de seu pai e demais ascendentes é “Britto”, o pai poderá promover correção desse sobrenome? Prescindirá de processo judicial? Fundamente.

7. (Consulplan/TJ/MG/Cartórios/Ingresso/2019) Acerca da possibilidade de alteração do registro civil dos transgêneros, elabore uma dissertação abrangendo, necessariamente, os seguintes pontos: a) Requisitos para alteração de prenome e gênero conforme entendimento do STF na ADI nº 4275. b) Requisitos para alteração de prenome e gênero conforme orientação do CNJ. c) Possibilidade de alteração de prenome e gênero diretamente no cartório. É necessário o envio do procedimento ao Juiz Diretor do Foro ou Ministério Público? Em quais casos? d) É necessária a comprovação de ter o requerente passado por cirurgia de transgenitalização ou que comprove a transexualidade através de laudo médico para alteração de prenome e gênero diretamente no cartório? Caso positivo, qual documentação deve ser apresentada? e) Há possibilidade de menor de 18 anos, sendo assistido pelos pais, e menor de 16, sendo representado pelos pais, alterar prenome e gênero diretamente no cartório? f) A averbação da alteração de prenome e gênero é publicizada? Como é expedida a certidão do registro? g) Em caso de futuro casamento, pode o noivo/noiva pedir a certidão de inteiro teor do nascimento de seu noivo/noiva que teve seu prenome e gênero alterado? h) É possível a averbação da alteração de prenome e gênero do pai/mãe no registro do filho? Em qual situação? i) É possível a alteração de prenome e gênero de pessoa casada? Em caso afirmativo, como proceder?

8. (Cespe/TJ/DFT/Cartórios/Ingresso/2019) Jean ajuizou uma ação de alteração de registro público requerendo a supressão do seu patronímico paterno e o acréscimo do patronímico do seu padrasto, que concorda com a alteração pretendida, com base nos argumentos de que, durante toda a sua vida, seu pai havia sido ausente material e emocionalmente e de que seu padrasto o havia criado carinhosamente, como se fosse filho, desde que Jean tinha oito anos de idade. Considerando essa situação hipotética,

redija um texto atendendo ao que se pede a seguir: (i) Discorra sobre os princípios que devem ser observados quanto à alteração de nome civil no Brasil, apontando os requisitos legais necessários para a alteração do registro público pretendida. (ii) Explique se os argumentos apresentados por Jean viabilizam o deferimento dos pedidos formulados. Fundamente sua resposta.

QUESTÕES OBJETIVAS

52. (Ieses/TJ/TO/Cartórios/Ingresso/2022) Os atos praticados no registro civil de pessoas naturais possuem sistemática estabelecida na Lei de Registros Públicos (LRP – Lei nº 6.015/73). Tratando sobre a Escrituração e Ordem de Serviço referente ao registro civil de pessoas naturais, assinale a alternativa falsa.

- a) Tendo havido omissão ou erro de modo que seja necessário fazer adição ou emenda, estas serão feitas antes da assinatura ou ainda em seguida, mas antes de outro assento, sendo a ressalva novamente por todos assinada.
- b) O oficial juntará, a cada um dos livros, índice alfabético dos assentos lavrados pelos nomes das pessoas a quem se referirem. O índice alfabético poderá, a critério do oficial, ser organizado pelo sistema de fichas, desde que preencham estas os requisitos de segurança, comodidade e pronta busca.
- c) Tendo havido omissão ou erro de modo que seja necessário fazer adição ou emenda no registro civil praticado, será o assento sempre cancelado e realizado um novo assentamento correto.
- d) A escrituração será feita seguidamente, em ordem cronológica de declarações, sem abreviaturas, nem algarismos; no fim de cada assento e antes da subscrição e das assinaturas, serão ressalvadas as emendas, entrelinhas ou outras circunstâncias que puderem ocasionar dúvidas. Entre um assento e outro, será traçada uma linha de intervalo, tendo cada um o seu número de ordem.

53. (Vunesp/TJ/AL/Cartórios/Ingresso/2019) O Livro B-Auxiliar do Registro Civil das Pessoas Naturais destina-se ao:

- a) registro de casamento em iminente risco de vida.
- b) registro de casamento religioso para efeitos civis.
- c) registro de casamento urgente no caso de moléstia grave.
- d) registro de casamento de pessoas do mesmo sexo.

54. (Cespe/TJ/DFT/Cartórios/Ingresso/2019) Depois do lançamento de um assento no registro civil, o oficial constatou erro em registro lançado antes deste. Para corrigir o erro, o oficial, por conta própria, promoveu emenda. Neste caso, de acordo com a norma de regência, o ato do oficial será considerado:

- a) inexistente e sem efeito jurídico.
- b) ineficaz.
- c) passível de convalidação.
- d) nulo e com efeito jurídico “ex nunc”.
- e) anulável, se alegado o vício pelo prejudicado.

55. (Ieses/TJ/CE/Cartórios/Remoção/2018) Os livros de registro serão divididos em três partes:

- a) sendo na da central lançado o número de ordem e na esquerda o assento, ficando na da direita espaço para as notas, averbações e retificações.
- b) sendo na da esquerda lançado o número de ordem e na central o assento, ficando na da direita espaço para as notas, averbações e retificações.
- c) sendo na da direita lançado o número de ordem e na esquerda o assento, ficando na da esquerda espaço para as notas, averbações e retificações.

- d) sendo na da direita lançado o número de ordem e na central o assento, ficando na da esquerda espaço para as notas, averbações e retificações.

56. (Ieses/TJ/AM/Cartórios/Ingresso/2018) Assinale a alternativa correta em relação aos livros do cartório de registro civil de pessoas naturais:

- no Livro C deve ser feito o de registro de casamento.
- no Livro A deve ser feito o registro de nascimento.
- no Livro B deve ser feito registro de casamento Religioso para Efeitos Cíveis.
- no Livro D “Auxiliar” deve ser feito o registro de proclama.

57. (Ieses/TJ/AM/Cartórios/Ingresso/2018) Assinale a alternativa correta:

- o registro do edital de casamento não necessita conter todas as indicações quanto à época de publicação e aos documentos apresentados, bem como no caso de edital remetido por outro oficial processante.
- o Livro C Auxiliar do cartório de registro civil é destinado ao registro de óbitos.
- a testemunha para os assentos de registro civil deve satisfazer às condições exigidas pela lei civil, sendo vedado o parente, em qualquer grau, do registrado.
- no cartório de registro civil os livros de registro serão divididos em três partes, sendo na da esquerda lançado o número de ordem e na central o assento, ficando na da direita espaço para as notas, averbações e retificações.

58. (Ieses/TJ/AM/Cartórios/Remoção/2018) Haverá em cada cartório de registro de pessoas naturais os seguintes livros, todos com trezentas (300) folhas cada um:

- Livro A (registro de nascimento); Livro B (registro de proclama); Livro C (registro de casamento); Livro D (registro de óbitos).
- Livro A (registro de nascimento); Livro B (registro de óbitos); Livro C (registro de casamento); Livro D (registro de proclama)
- Livro A (registro de nascimento); Livro B (registro de casamento); Livro C (registro de óbitos); Livro D (registro de proclama).
- Livro A (registro de nascimento); Livro B (registro de casamento); Livro C (registro de proclama); Livro D (registro de óbitos).

59. (Consulplan/TJ/MG/Cartórios/Remoção/2017) Segundo a Lei de Registros Públicos, em cada cartório do Registro Civil de Pessoas Naturais, haverá os seguintes livros:

- “A” – de registro de nascimento; “B” – de registro de casamento; “B Auxiliar” – de registro de casamento religioso para efeitos civis; “C” – de registro de óbitos; “C Auxiliar” – de registro de natimortos; “D” – de registro de proclamas; “E” – de registro de atos relativos ao estado civil.
- “A” – de registro de nascimento; “B” – de registro de adoção; “C” – de registro de casamento religioso para efeitos civil; “D” – de averbação de separação e divórcio.
- “A” – de registro de nascimento; “B” – de registro de casamento; “B Auxiliar” – de registro de casamento religioso para efeitos civis; “C” – de registro de óbitos; “C Auxiliar” – de registro de natimortos; “D” – de registro de proclamas.
- “A” – de registro de nascimento; “B” – de registro de casamento; “B Auxiliar” – de registro de casamento religioso para efeitos civis; “C” – de registro de óbitos; “D” – de registro de proclama; “E” – de registro de atos relativos ao estado civil.

60. (Ieses/TJ/RO/Cartórios/Remoção/2017) Para a escrituração cartorária, o livro “C Auxiliar”, refere-se:

- ao livro de registro de casamento de menor incapaz.
- ao livro de registro de casamento religioso para efeitos civis.
- ao livro de registro de natimortos.
- ao livro de registro de proclama.

61. (Ieses/TJ/RO/Cartórios/Remoção/2017) Para a escrituração cartorária, o livro “A”, refere-se:

- ao livro de registro de proclama.
- ao livro de registro de nascimento.
- ao livro de registro de óbito.
- ao livro de registro de casamento.

62. (Ieses/TJ/RO/Cartórios/Ingresso/2017) O Livro D do Registro Civil de Pessoas Naturais é destinado ao registro:

- casamento.
- nascimento.
- proclamas.
- registro de óbito.

63. (Ieses/TJ/RO/Cartórios/Remoção/2017) Serão averbados no registro civil de pessoas naturais, exceto:

- os atos judiciais ou extrajudiciais de reconhecimento de filhos ilegítimos.
- as escrituras de adoção e os atos que a dissolverem.
- as sentenças que deferirem a legitimação adotiva.
- os casamentos de que resultar a legitimação de filhos havidos ou concebidos anteriormente.

64. (Ieses/TJ/RO/Cartórios/Remoção/2017) Serão registrados no registro civil de pessoas naturais, exceto:

- as interdições.
- as emancipações.
- as sentenças declaratórias de ausência.
- as alterações ou abreviaturas de nomes.

1.2.3. Das Penalidades (arts. 46 a 49)

QUESTÕES OBJETIVAS

65. (Ieses/TJ/TO/Cartórios/Remoção/2022) Os oficiais do registro civil remeterão à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentro dos primeiros (___) dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, um mapa dos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos no trimestre anterior.

- 10 (dez) dias.
- 15 (quinze) dias.
- 8 (oito) dias.
- 5 (cinco) dias.

66. (Cespe/TJ/DFT/Cartórios/Remoção/2019) De acordo com a Lei de Registros Públicos, caso seja injusta a recusa do oficial do registro civil em efetuar o registro de nascimento, o juiz, além de ordenar a prática do ato em determinado prazo legal, poderá aplicar a penalidade de:

- prisão de trinta dias.
- suspensão temporária por até noventa dias.
- multa.
- advertência escrita.
- repreensão verbal, se não houver prática anterior análoga.

67. (Ieses/TJ/RO/Cartórios/Ingresso/2017) Assinale a alternativa incorreta:

- se o oficial do registro civil recusar fazer ou retardar qualquer registro, averbação ou anotação, bem como o fornecimento de certidão, as partes prejudicadas poderão queixar-se à autoridade judiciária, a qual, ouvindo o acusado, decidirá dentro de cinco (5) dias.
- o oficial do Registro Civil, se suspeitar da falsidade de declaração, poderá exigir manifestação da autoridade judicial sobre a suspeita de falsidade.
- os pedidos de certidão feitos por via postal, telegráfica ou bancária serão obrigatoriamente atendidos pelo oficial do registro civil, satisfeitos os emolumentos devidos.
- os oficiais do registro civil remeterão à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentro dos primeiros oito dias dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, um mapa dos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos no trimestre anterior.

1.2.4. Do Nascimento (arts. 50 a 66)

ATENÇÃO: ESTE TEMA É MUITO EXIGIDO NOS CONCURSOS!

JURISPRUDÊNCIA EM TESES

STJ JurisTese 80-5. É possível a retificação do registro do nome civil em decorrência do direito à dupla nacionalidade, desde que não haja prejuízo a terceiros.

STJ JurisTese 80-6. A alteração do nome no assentamento do registro civil é admitida em caráter excepcional e deve ser motivada nos casos em que se constatar equívoco capaz de provocar conflito, insegurança ou violação ao princípio da veracidade.

STJ JurisTese 80-7. As pessoas que passarem por procedimento de redesignação sexual têm direito a alteração do prenome e do gênero no registro civil de nascimento.

QUESTÕES DISCURSIVAS

9. (Cespe/TJ/ES/Cartórios/Ingresso/2013) Joana namorava José, quando ficou grávida. Ao ser comunicado da gravidez, José rompeu o namoro. Três meses depois, Joana reconciliou-se com Antônio, seu antigo noivo, que lhe prometeu assumir o nascituro. No dia em que nasceu a criança, Antônio foi ao cartório de registro civil das pessoas naturais e, de posse da declaração de nascido vivo fornecida pela maternidade, declarou que o recém-nascido Vítor era seu filho e de Joana. O registro de nascimento foi lavrado nesses termos. Na maioridade, Vítor descobriu que José, e não Antônio, era seu pai biológico e, então, ajuizou ação de reconhecimento de paternidade. Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na legislação de regência, disserte sobre os procedimentos de registro civil das pessoas naturais, esclarecendo, necessariamente, se houve alguma irregularidade no registro de Vítor a ser imputada ao oficial de registro civil e se a paternidade socioafetiva poderá ser alterada. Discorra, ainda, sobre as consequências da decisão tomada no âmbito da ação de reconhecimento de paternidade para o registro civil de Vítor.

QUESTÕES OBJETIVAS

68. (Ieses/TJ/TO/Cartórios/Remoção/2022) Não constituem motivo para recusa, devolução ou solicitação de retificação da declaração de nascido vivo por parte do registrador civil das pessoas naturais, entre outros:

- Omissão do nome do recém-nascido ou do nome do pai.
- Divergência parcial ou total entre o nome do pai constante da declaração e o verificado pelo registrador nos termos da legislação civil, prevalecendo este último.

III. Divergência parcial ou total entre o nome do recém-nascido constante da declaração e o escolhido em manifestação perante o registrador no momento do registro de nascimento, prevalecendo este último.

IV. Equívocos ou divergências que não comprometam a identificação da mãe.

A sequência correta é:

- Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- Apenas a assertiva III está incorreta.
- Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

69. (Ieses/TJ/TO/Cartórios/Remoção/2022) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome, observado que ao prenome serão acrescentados os sobrenomes dos genitores ou de seus ascendentes:

- sendo primeiro o paterno e por fim o materno.
- em qualquer ordem.
- sendo primeiro o materno e por fim o paterno.
- em qualquer ordem, apenas no caso de reconhecimento de paternidade ou maternidade socioafetiva, de genitores homoafetivos.

70. (Ieses/TJ/TO/Cartórios/Ingresso/2022) A importância do registro civil de nascimento também pode ser visualizada para os pais, pois é por meio desse documento que a criança passa a ser reconhecida pelo Estado e com isso se garante seu acesso à cidadania. É um documento que irá acompanhar o indivíduo por toda sua vida, havendo previsão legal da possibilidade de sua retificação. Sobre registro civil de pessoas naturais e a retificação do registro de nascimento, assinale a alternativa que contém uma afirmação errada.

- A averbação de alteração de prenome conterà, obrigatoriamente, o prenome anterior, os números de documento de identidade, de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, de passaporte e de título de eleitor do registrado, dados esses que deverão constar expressamente de todas as certidões solicitadas.
- Finalizado o procedimento de alteração no assento, o ofício de registro civil de pessoas naturais no qual se processou a alteração, a expensas do requerente, comunicará o ato oficialmente aos órgãos expedidores do documento de identidade, do CPF e do passaporte, bem como ao Tribunal Superior Eleitoral, preferencialmente por meio eletrônico.
- A alteração imotivada de prenome e sua desconstituição poderá ser feita na via extrajudicial apenas 1 (uma) vez, independente de sentença judicial.
- A pessoa registrada poderá, após ter atingido a maioridade civil, requerer pessoalmente e imotivadamente a alteração de seu prenome, independentemente de decisão judicial, e a alteração será averbada e publicada em meio eletrônico.

71. (Vunesp/TJ/SP/Cartórios/Ingresso/2022) Assinale a alternativa correta quanto ao registro de nascimento.

- Poderão ser adotados sobrenomes do pai, da mãe ou de ambos, vedada a intercalação.
- A naturalidade do registrando poderá ser do Município em que ocorreu o nascimento ou do Município de residência da mãe ou do pai do registrando na data do nascimento, desde que localizado em território nacional, e a opção caberá ao declarante no ato de registro do nascimento.
- É vedado atribuir a irmãos gêmeos o mesmo prenome.
- Constitui motivo para solicitação de retificação da DNV, por parte do Registrador Civil das Pessoas Naturais, a omissão do nome do recém-nascido.

72. (FGV/TJ/SC/Cartórios/Ingresso/2021) Yuri, criança de aproximadamente 6 anos de idade, foi encontrada, pelo Conselho Tutelar, perambulando pelas ruas da capital do Estado Alfa. Yuri foi encaminhado para o acolhimento institucional e, após sucessivas entrevistas, descobriu-se que teria nascido na rua, onde vivera desde então, vindo a ser abandonado por seus pais, que eram imigrantes e moradores de rua. Constatou-se, ademais, a inexistência de registro de nascimento de Yuri. À luz da sistemática legal, o oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais:

- pode realizar o registro de nascimento de Yuri mediante requisição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança, que será confeccionado à luz dos elementos disponíveis.
- pode realizar o registro de nascimento de Yuri, à luz dos elementos disponíveis, mediante requisição do Conselho Tutelar, do Ministério Público ou do juízo competente.
- somente pode realizar o registro de nascimento de Yuri mediante requisição da autoridade judiciária, que será encaminhada ao fim da investigação de paternidade.
- somente pode realizar o registro de nascimento de Yuri mediante requisição da autoridade judiciária, inserida na sentença de inserção em família substituta.
- somente pode realizar o registro de nascimento de Yuri mediante requisição da autoridade judiciária, que será feita à vista dos elementos disponíveis.

73. (Ieses/TJ/RO/Cartórios/Ingresso/2021) Em relação investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento, assinale a alternativa correta:

- A recusa do réu em se submeter ao exame de código genético – DNA não gerará a presunção da paternidade.
- No registro de nascimento não se fará qualquer referência à natureza da filiação, à sua ordem em relação a outros irmãos do mesmo prenome, exceto gêmeos, ao lugar e cartório do casamento dos pais e ao estado civil destes.
- O suposto pai só poderá confirmar expressamente a paternidade em juízo.
- É possível legitimar e reconhecer filho na ata do casamento.

74. (Ieses/TJ/RO/Cartórios/Remoção/2021) Segundo a Lei nº 6.015 de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, o assento do nascimento deverá conter, entre outros:

- O dia, mês, ano e lugar do nascimento e a hora certa, sendo possível determiná-la, ou aproximada.
- A ordem de filiação de outros irmãos do mesmo prenome que existirem ou tiverem existido.
- Os nomes e prenomes, a profissão e a residência das três testemunhas do assento, quando se tratar de parto ocorrido sem assistência médica em residência ou fora de unidade hospitalar ou casa de saúde.
- O sexo do registrando.

A sequência correta é:

- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- Apenas a assertiva III está incorreta.
- Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

75. (Ieses/TJ/RO/Cartórios/Remoção/2021) O requerimento para o registro da declaração de nascimento fora do prazo legal deverá ser assinado por:

- 3 (três) testemunhas.
- 2 (duas) testemunhas.
- 1 (uma) testemunha.
- 4 (quatro) testemunhas.

76. (Consulplan/TJ/MS/Cartórios/Ingresso/2021) Assinale a afirmativa correta em relação ao Registro Civil das Pessoas Naturais.

- As certidões de nascimento ou casamento, quando destinadas ao alistamento eleitoral e/ou militar, serão fornecidas gratuitamente, segundo a ordem dos pedidos apresentados em cartório pelos alistandos ou delegados de partido.
- O oficial do registro civil das pessoas naturais encaminhará à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, por meio do sistema deste órgão, até o 8º (oitavo) dia dos meses de janeiro, de abril, de junho e de outubro de cada ano, mapa dos nascimentos, dos casamentos e dos óbitos ocorridos no trimestre anterior.
- O filho de brasileiro ou brasileira, nascido no estrangeiro, e cujos pais estejam ali a serviço do Brasil, desde que registrado em consulado brasileiro ou se não registrado, venha a residir no território nacional antes de atingir a maioridade, poderá requerer, no juízo de seu domicílio, se registre, no livro “E” do 1º Ofício do Registro Civil, o termo de nascimento.
- As serventias extrajudiciais funcionarão, nos dias úteis, das 8 (oito) às 17 (dezesete) horas, facultada a interrupção para o almoço das 11 (onze) às 13 (treze) horas. Nas comarcas do interior, as serventias extrajudiciais funcionarão, nos dias úteis, em horários regulados pelo Juiz Corregedor Permanente respectivo, atendidas as peculiaridades locais, garantido o mínimo de 7 (sete) horas diárias de atendimento ao público.

77. (Consulplan/TJ/MS/Cartórios/Remoção/2021) Em ação de reconhecimento de paternidade, movida pelo menor Eduardo Jheferson, representado por sua mãe, Maria de Lourdes, foi decidido que João das Dores é o pai do menor. Nesta ação específica, o Juiz limitou-se ao que foi requerido, qual seja, indicar a paternidade e mandar acrescentar o nome do pai no registro civil de nascimento de Eduardo Jheferson. Esta decisão que reconheceu a paternidade e ordenou o acréscimo do nome do pai no registro civil tem natureza jurídica:

- executiva.
- declaratória.
- mandamental.
- desconstitutiva.

78. (UFPR/TJ/PR/Cartórios/Remoção/2019) O oficial de registro, dois dias após registrar o nascimento de uma criança, é procurado pela mãe, que solicita alteração do prenome da criança, sob a justificativa de que o pai havia atribuído à filha o nome de uma amante. Nessa situação, o oficial:

- alterará o prenome, caso a mãe comprove que ele lhe gerará constrangimento e humilhação.
- alterará o prenome, caso a mãe comprove que ele gerará constrangimento e humilhação para filha.
- alterará o prenome caso a mãe e o pai solicitem, conjuntamente, a alteração.
- não alterará o prenome, devendo a mãe recorrer à via judicial para pleitear a alteração.
- não alterará o prenome, pelo fato de que, uma vez feito o registro, o prenome jamais poderá ser alterado.

79. (Vunesp/TJ/AL/Cartórios/Ingresso/2019) Assinale a alternativa correta sobre as regras a serem observadas pelo oficial do registro civil em declarações de nascimento feitas após o discurso do prazo legal (registro tardio).

- As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal semente serão registradas mediante despacho do juiz competente do lugar da residência do interessado, em requerimento formulado pelo próprio interessado. Será dispensado